

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

NOTA DO EDITOR - Iniciamos uma nova seção, “Citações e Referências Bibliográficas”, que, sendo do interesse dos leitores, será continuada nos próximos números desta Revista. Tem dupla finalidade: lançar algumas breves idéias para animar os debates e as reflexões sobre avaliação e educação superior e trocar informações/sugestões sobre autores e textos da área temática. Como o espaço é limitado a 20 citações por edição e o que se quer é criar um processo de intercâmbio e de construção paulatina e crescente de informações e debates, o que será apresentado de cada vez nunca será uma seleção completa e exaustiva. Convidamos o leitor a enviar colaborações para esta seção, sugerindo sua seleção de “Citações e Referências Bibliográficas”, de acordo com a temática e os propósitos da Revista “Avaliação”.

I. Desde una perspectiva científico-técnica parece inquestionable la importancia y necesidad de la evaluación institucional como elemento básico para asegurar la “salud” del sistema, puesto que una buena organización se caracteriza por poseer estructuras y procedimientos para detectar e identificar la existencia de problemas, descubrir posibles soluciones, aplicarlas y medir su eficacia. En definitiva, una organización sana es aquella que tiene capacidad y, de hecho, se autoevalúa permanentemente. Escudero, T. (1989) Aproximación pragmática a la evaluación de la Universidad, Revista de Investigación Científica, 7 (13), 93-112, in De Miguel, Mario, et al. (1994). Evaluación para la Calidad de los Institutos de Educación Secundaria, Editorial Escuela Española, Madrid. (p.21).

II. Las verdades que hay que decir acerca de los programas educativos son verdades sociales... Las pretensiones sobre el programa son defendidas y discutidas en un proceso de debate crítico. Lo que se consideran “verdades” acerca del programa dependerá de la calidad del debate. Kemmis, S. (1986) Seven principles for programme Evaluation in Curriculum Development and Innovation, in House, *New Directions in Educational Evaluation*. The Falmer Press. London, apud Miguel Santos Guerra, (1993), La evaluación: un proceso de diálogo, comprensión y mejora, Ediciones Aljibe, Málaga/Granada. (p. 40).

III. Comme tout processus, l'apprentissage est un mouvement, une histoire. L'évaluation des apprentissages ne peut donc constituer un phénomène isolé, déconnecté de cette histoire. Kesteman, J. P.. (1996). Des pédagogues ou des maîtres? L'enseignement universitaire en quête d'un sens, in Enseigner à l'Université, Jean Donnay et Marc Romainville, éds., De Boeck Bruxelles. (p. 49).

IV. La evaluación forma parte, de manera fundamental e inextricable, de una situación pública: una decisión colectiva. House, E. R. (1994). Evaluación, Ética y Poder, Ediciones Morata, Madrid. (p.19).

V. L'auto-évaluation peut s'inscrire dans une stratégie consensualiste, une célébration des réalisations communes, la reconstruction d'une unité fragile, etc. Elle peut aussi servir des stratégies d'exclusion, de restructuration, de transfert de ressources ou de quête d'une légitimité. Perrenoud, Philippe. (1994), L'évaluation des établissements scolaires, un nouvel avatar de l'illusion scientiste, in Évaluation et analyse des établissements de formation, Marcel Crahay, éd., De Boeck, Bruxelles. (p.97).

VI. En los exámenes, situaciones en las que se precisan indicadores normalizados de aprendizaje, existen fuertes presiones para trabajar en plan reduccionista, razón por la qual se acepta la capacidad para recordar definiciones formales como indicador de que el examinando comprende su significado. Al reducir la comprensión de los conceptos a la de los términos, y esta a la recuerdo de las definiciones formales, los examinadores pueden “superar” las dificultades que plantea la puntuación de los resultados normalizados del aprendizaje. Elliot, J. (1990), La investigación-acción en educación, Ed. Morata, Madrid. (p.219).

VII. La accountability está asentada en criterios de eficacia social ya que se utilizan en educación fondos públicos y es preciso saber si se están malgastando o dedicando a finalidades poco satisfactorias. No es aceptable admitir que en educación *todo es lo mismo o todo da igual*. La responsabilidad política, social y técnica exige garantías de que se está trabajando con seriedad y eficacia. Santos, Miguel Ángel. (1993). Hacer Visible lo Cotidiano, Teoría y Práctica de la Evaluación Cualitativa de los Centros Escolares, Ediciones Akal, Madrid. (p. 17).

*Esta seleção foi preparada por José Dias Sobrinho. Continua no próximo número.

VIII. (A avaliação deve evitar as seguintes armadilhas): a armadilha do *objectivismo* que, ao pôr o acento exclusivamente no produto, esquece que a avaliação é uma leitura orientada, cujo propósito não é a pura e simples capacitação instrumental de um objecto, mensurável, segundo algumas dimensões objectivas; a armadilha do autoritarismo, que leva o avaliador a abusar do poder e a impor às funções características da avaliação uma função de manutenção da ordem...; a armadilha do *tecnicismo*, que leva a pensar que as dificuldades da avaliação serão resolvidas pela concretização de soluções puramente técnicas...; a armadilha da *embriaguez interpretativa*, que espreita todo aquele que acredita na possibilidade de saber tudo sobre tudo...Hadji, Charles. (1994). A Avaliação, Regras do Jogo, Porto Editora. (p. 182).

IX. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino. Santos, Boaventura de Sousa. (1994). Pela Mão de Alice, Ed. Afrontamento, Porto. (p. 195).

X. A História mostra com toda a clareza que onde esteve em vigor um importante exame externo, aí se desenvolveu rapidamente uma *tradição de exames externos*. Esta tradição de exames passados acaba por definir o currículo *de facto*. Os professores consideram os tipos de actividade intelectual requeridos pelas perguntas dos testes de anos anteriores e preparam os seus alunos para enfrentar essas exigências...A entidade que controla o conteúdo dos testes mediante a *tradição de exames passados* controla o que é ensinado, como é ensinado, o que é aprendido e como é aprendido. Madaus, citado por Cardoso, Abílio. (1993), Os Enunciados de Testes como Meios de Informação Sobre o Currículo, in Avaliações em Educação: novas perspectivas, org. Estrela e Nóvoa, Porto Editora. (p. 82).

XI. Para que a educação superior possa efetuar uma contribuição importante ao progresso da sociedade, o Estado e a sociedade em geral devem compreender que financiar a educação superior não é uma carga para os fundos públicos, mas sim um **investimento nacional a longo prazo** para acrescentar à complexidade econômica, ao desenvolvimento cultural e à coesão social. Unesco, Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior, Caracas, 1995. (p. 9).

XII. Si bien la autoevaluación institucional ha sido impulsada por modelos que consideran la organización como una realidad política, su realización práctica se impone a

medida que aumenta la autonomía de organización y funcionamiento de los centros educativos. En este contexto adquiere sentido una orientación que, sin excluir otras, busca la mejora institucional y el desarrollo profesional. Gairín Sallán, Joaquín. (1993). La Autoevaluación Institucional Como Vía Para Mejorar los Centros Educativos, in Revista Bordón, vol. 45, núm 3, 1993, (tema general: Evaluación de Centros en el Contexto de la LOGSE), Sociedad Espanola de Pedagogía, Madrid. (p. 331).

XIII. Nem os estudantes nem outras audiências interessadas podem dizer qual a eficiência da educação que recebem ou como sua qualidade se compara com a de outras universidades... Universidade alguma se preocupa em medir a quantidade que seus alunos aprendem. Bok, Derek. (1988). Ensino Superior. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. (p. 177-178).

XIV. Um adequado processo de avaliação implica um procedimento dedutivo que consiste na identificação dos modelos de universidade que estão em vigor. No entanto, um procedimento induutivo também pode ser imediatamente empregado, desde que se tenha consciência dos seus limites, tanto quanto do seu alcance. Cunha, Luiz Antônio. Avaliar qual Universidade?, in Revista Pro-Posições, vol. 6, número 16, março 1995, Fe-Unicamp, Campinas, (número temático: avaliação institucional da universidade). (p. 22).

XV. É preciso restaurar a verdade histórica. Nós, hoje, temos um grande engajamento das universidades no processo de avaliação. (Manlio Silvestre Fernandes. (1996). In Mudança e Desenvolvimento da Universidade Pública na América Latina, Anais do Seminário Internacional da Andifes, em 5/9/95, Hélgio Trindade e Beatriz Luce, orgs., Brasília Imprensa Universitária UFU. (129).

XVI. A avaliação deve fazer parte do projeto de cada universidade. Este projeto não pode ser exterior à comunidade acadêmica e nem estranho à realidade social. Enquanto assim for, não haverá avaliação adequada e construtiva. O projeto acadêmico, assumido como resultado de um projeto dialógico, exigirá, por dinâmica própria, uma avaliação para saber até que ponto aqueles objetivos, debatidos coletivamente, foram alcançados. Pedro Goergen, Avaliação Como Prática Emancipatória, in Psicologia da Educação: Revista do Program de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação, PUCSP, N. 2, jun. 1996, S. Paulo (esta edição é dedicada ao tema da avaliação institucional).

XVII. A melhor universidade do mundo do Amazonas é a Universidade Federal do Amazonas. Fraiji, Nelson

A., frase dita em reunião da Andifes e citada por Luiz Felipe Serpa no Jornal da Andifes, abril/maio 96, Brasília.

XVIII. O grande desafio da universidade latino-americana é responder a uma tríplice missão: tornar socialmente relevante sua capacidade de criação cultural, de inovação científico-tecnológica e de formação de recursos humanos; estender, por equidade, a setores amplos da sociedade os conhecimentos gerados e acumulados na instituição; e assegurar a excelência pela manutenção e a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Hélio Trindade, Apresentação da Revista Educación Superior y Sociedad, Unesco/Cresalc, vol. 5-número 1 y 2, 1994 (número dedicado a experiências de avaliação institucional em universidades brasileiras, p. 3).

XIX. La misión fundamental de la educación es ayudar a cada individuo a desarrollar todo su potencial y a devenir

en un ser humano completo y no un instrumento para la economía. La adquisición de conocimientos y competencias debe estar acompañada de la educación del carácter, de la apertura cultural y del despertar de la responsabilidad social. ERT: Une éducation européenne. Vers une société qui apprend. Bruxelas, 1995. (Os membros da ERT são, dentre outros, Fiat, Pirelli, Shell, Siemens, Bayer, Nestlé, Petrofina, Olivetti, Telefónica etc.). Citado por Tedesco, Juan Carlos. (1996). El Nuevo Pacto Educativo, Alauda Anaia, Madrid. (p.63).

XX. Avaliar é um modo de não ser indiferente ante uma situação dada. É procurar tomar uma posição e um caminho consentâneos com o significado de uma universidade pública. Relatório da Comissão Externa, área de Ciências Humanas, in Avaliação Institucional da Unicamp: Processo, Discussão e Resultados, Dias Sobrinho, José, org., 1994, Editora da Unicamp, Campinas. (p. 232).